

Cultura: sujeitos e olhares de uma cidade

Culture: subjects and looks of a city

Janice Rubira Silva

Prefeitura Municipal do Rio Grande

janicerubira@hotmail.com

Márcia Souza da Fonseca

Universidade Federal de Pelotas

mszfonseca@gmail.com

Resumo

O presente trabalho é um recorte de pesquisa realizada em curso de pós-graduação, o qual objetivou entender como os estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola situada em Rio Grande, no extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul, significam e narram as transformações ocasionadas em sua cidade, a partir da implantação do polo naval. Como referencial teórico-metodológico, foram utilizados estudos sobre cultura e cotidiano como forma de analisar e evidenciar a constituição da cidade através dos deslocamentos feitos ao modelo imposto, a partir da percepção de seus sujeitos. Atentou-se para os padrões comportamentais produzidos culturalmente e para a importância de sua análise a fim de compreender as relações sociais. Os procedimentos e métodos utilizados na parte empírica da investigação envolveram entrevistas e depoimentos e o trabalho analítico teve como ferramenta a análise do discurso com inspiração em Michel Foucault. Apresenta-se, então, a cidade de Rio Grande constituída através do discurso de seus sujeitos, carregado das imposições sociais e das relações históricas que produzem as verdades desse espaço e tempo, bem como as imposições culturais, estabelecidas por meio dos discursos e que determinam a maneira como o sujeito é visto, como ele vê o outro e como ele se vê. Discutir o Polo Naval de Rio Grande e o propagado 'Mar de oportunidades', veiculado pela grande mídia como promessa de extensão de postos de empregos a toda comunidade, é fazer com que a escola, por meio do currículo, provoque outras leituras do cotidiano e proporcione lugares de escape para seus sujeitos, onde subjetividades deslizem e fluam, rompendo com as concepções naturalizadas de ser e de estar socialmente. Assim, a partir da ação empírica desenvolvida, concluiu-se que a escola se apresenta como espaço de desenvolvimento de práticas pedagógicas que possibilitam pensar os fenômenos da ordem da cultura e evidenciar o quanto os discursos são potentes na constituição das formas de perceber a organização social.

Palavras-chave: Cotidiano. Cultura. Educação.

Abstract

This work is a research crop made in a postgraduate course, and it aims to understand how students of the 9th grade of elementary school of a school located in Rio Grande, in the south of the Rio Grande do Sul state, mean and narrate the changes that happened in their city, from the deployment of the naval pole. Studies on culture and daily routine were used as a theoretical and methodological reference in order to analyze and highlight the constitution of the city through the movements made to the imposed model, from the perception of its subjects. Attention was paid to the behavioral patterns produced culturally and the importance of its analysis in order to understand social relationships. The procedures and methods used in the empirical part of the research involved interviews and testimonials and the analytical work had as tool the analysis inspired by Michel Foucault. Then, the city of Rio Grande is presented, constituted through discourse of its subjects full of social impositions and historical relations that produce the truths from this space and time, as well as cultural impositions, which are established through the discourses and determine how the subject is seen, how he sees the other and how he sees himself. To discuss the Naval Pole of Rio Grande and the propagated 'Sea of opportunities', published by the mainstream media as a promise to extend jobs to the whole community, is to make the school, through the curriculum, trigger other daily readings and provide places of escape for their subjects, where subjectivities slip and flow, breaking with the naturalized conceptions of being and being social. Thus, from the empirical action developed, it was concluded that the school presents itself as a space for the development of pedagogical practices that make it possible to think about the phenomena of the order of culture and to show how powerful discourses are in the constitution of the ways of perceiving social organization.

Keywords: Culture. Education. Quotidian.

I ntrodução

Falar sobre uma cidade não é mais falar sobre um campo programado e controlado, mas falar de um espaço de disputa de poder, espaço onde identidades buscam emergir. É com esse pensamento que propomos o exercício de pensar a cidade de Rio Grande, mais especificamente por meio do olhar de estudantes de 9º ano do Ensino Fundamental, após o processo de transformação sofrido em decorrência da instalação do polo naval.

As inspirações teóricas do trabalho foram buscadas na literatura relativa às duas áreas centralmente imbricadas na pesquisa: estudos sobre cultura e cotidiano. Os procedimentos e métodos utilizados na parte empírica da investigação envolveram entrevistas e depoimentos, e o trabalho analítico teve como ferramenta a análise do discurso com inspiração em Michel Foucault.

A cultura como constituidora de seus sujeitos

Na contemporaneidade, ganham centralidade as discussões a respeito da relação existente entre a cultura e a educação. Esse diálogo tem seu início a partir da percepção de que a cultura influencia na formação da subjetividade e delinea diferentes cotidianos. Logo, a cultura como parte ativa do processo de produção de sentidos estabelece distintas formas de perceber a realidade e exerce influência nos processos de subjetivação. O sujeito é “algo produzido, fabricado, de acordo com determinadas categorias históricas e culturais. Algo que varia, portanto, no tempo e no espaço” (GALLO, 2012, p. 204). Nesse contexto, a subjetividade é a forma particular com a qual os sujeitos se relacionam com o mundo e com a sociedade, estabelecendo mecanismos que favorecem este relacionamento.

Gallo (2012) ainda acrescenta que a produção da subjetividade é um processo de socialização, também denominado de territorialização dos indivíduos. Consiste em uma prática histórica de dominação do homem pelo homem, em que o território, chamado de cenário, produz atores. Com isso, tanto o sujeito quanto o ator fazem parte da mesma rede de política do conhecimento imposta pela cultura.

D'Ambrosio (2005) propõe que, ao longo da história da humanidade, as percepções de tempo e de espaço se transformam. Assim, a interação entre gerações e grupos culturais distintos cria uma dinâmica cultural, fazendo com que não seja possível se pensar em um processo estático. Certeau (2012) contribui com o diálogo, ao afirmar que essas relações não são neutras, são compostas por conflitos os quais favorecem as diferenças sociais, econômicas e históricas e que a ordem efetiva das coisas são as táticas populares utilizadas para fins próprios em busca de sua mudança.

Essas transformações sociais e culturais que ocorrem no mundo nas últimas décadas, como a expansão demográfica, o advento de novas tecnologias da informação e comunicação, o poder atribuído à mídia no processo de veiculação de informações e os conflitos ambientais e urbanos, são significativos, no sentido da reorganização social, a qual implica o estabelecimento de novas práticas cotidianas. Tais acontecimentos determinam as mudanças sociais e caracterizam os sujeitos como pertencentes a grupos culturais específicos. São essas alterações que legitimam práticas culturais e fazem emergir novas identidades estabelecidas de acordo com o tempo e o espaço.

D'Ambrosio (2010, p. 42) corrobora ao afirmar que

[...] a pluralidade dos meios de comunicação de massa, facilitada pelos transportes, levou as relações interculturais a dimensões verdadeiramente planetárias. Inicia-se assim, uma nova era, que abre enormes possibilidades de comportamento e de conhecimento planetários, com resultados sem precedentes para o entendimento e harmonia de toda a humanidade.

Esse mundo pós-moderno, influenciado pela diversidade cultural, atinge também as instituições escolares, e, de acordo com Alves (2012), essas não se encontram mais isoladas, pois estão em contato com outras redes educativas que se constituem de distintos contextos e de valores que estabelecem a nossa reação aos acontecimentos. Torna-se impossível, então, distinguir o limite entre o que é interno e externo à escola, visto que os currículos escolares incorporam os processos sociais mais amplos.

Mesmo vivenciando tais mudanças, a escola perpetua o sistema de reprodução, favorecendo a hegemonia cultural. Costa (2003a, p. 59) acrescenta que “a escola ainda é o reino das disciplinas daqueles saberes cristalizados, consagrados, que parecem responder as demandas de um outro mundo mas que lá estão, ainda hoje, intocados no currículo”. Sendo assim, por vincular a educação à concepção hegemônica de padrões sociais e de conhecimento, e estar associada a práticas do mercado, promove a regulação, dominação e exclusão dos sujeitos.

Esses processos de dominação cultural no espaço escolar, segundo D'Ambrosio (2005), iniciaram com a necessidade de promover um ensino o qual satisfizesse aos

critérios culturais estabelecidos por uma minoria dominante. Para tanto, os sistemas educacionais foram pressionados, a fim de que eliminassem de seus currículos os componentes culturais dos povos marginalizados. O objetivo dessa prática era descaracterizar as identidades específicas, na busca pela negação de suas referências históricas e culturais. Ainda partilhando da interpretação deste autor (2002), ao enfraquecer suas raízes e negar sua historicidade, esses grupos culturais acabam sendo destituídos pela cultura dominante.

Defino cultura dominante como a cultura que interessa à classe dominante tornar hegemônica na sociedade, podendo ser: erudita, oriunda das classes populares, da indústria cultural, do senso comum ou da ciência. Seu caráter de dominação é determinado por sua capacidade de, em dado contexto histórico, servir aos interesses das classes dominantes (LOPES, 1999, p. 76).

A cultura adentra a todos os ambientes da vida social, constituindo uma variedade de significados que são internalizados, formando a subjetividade dos sujeitos. Com base em Hall (1997, p. 26), pode-se acrescentar: “nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente” e que, a partir dos processos de formação da identidade, nossas escolhas são mantidas sob controle, tornando-as previsíveis.

A produção de sentidos atribuídos ao mundo e que originam as distintas realidades são efeitos discursivos. Então, a cultura, por ser objeto do discurso, está em constante transformação o que influencia de forma direta na constituição da subjetividade.

Um ponto a salientar, segundo Costa (2003a), é que mesmo com todas as adversidades, a escola é fundamental para a formação das identidades dos sujeitos, por proporcionar a democratização das relações. É um espaço de busca, desafios e de clima educativo, criado da relação entre professor e estudante. A escola e o currículo da era da globalização devem se organizar de forma que suas diferentes disciplinas e atividades sejam um espaço de análise da situação existente e crítica cultural. Um espaço de construção do conhecimento, de busca e de rompimento com a tradição.

Todavia, os processos de formação da identidade nos quais nossas escolhas são mantidas sob controle, tornando-as previsíveis, fazem com que os sujeitos sejam regulados segundo uma conduta social que satisfaça os interesses da sociedade moderna, são práticas que ainda estão associadas ao ensino. Quanto mais evidente torna-se o poder da cultura como constituinte da subjetividade dos sujeitos, mais esforços são depositados para que ela funcione como disseminadora de padrões comportamentais, a fim de governar as práticas sociais.

Como bem afirma Costa (2009a, p. 68), pensar o ensino atualmente

[...] não se trata simplesmente de transmitir conhecimentos básicos e ensinar regras de conduta e moral; trata-se de o mundo ter mudado de forma nunca antes imaginada, exigindo saberes muito diferenciados, e de os recursos de que dispúnhamos terem se tornado completamente obsoletos. As novas tecnologias mudaram o planeta, e os problemas com os quais deparamos hoje são completamente novos.

O modelo de escola atual, organizado de forma disciplinar, com aulas que objetivam a repetição exaustiva, com o apontamento de erros e a correção destes, não vem ao encontro das necessidades dos sujeitos do século XXI. Para atender a esse sujeito, o conhecimento deve ser considerado como uma construção contínua, e o aprender, uma experiência pessoal qualificada nas relações sociais e culturais, que incluem a comunicação entre os sujeitos e a sua interação com o mundo que os cerca.

Ao compreender a educação enquanto prática política, percebemos a existência de laços entre o processo pedagógico e a cultura que nos influenciaram a questionar o papel da escola dentro deste novo contexto social e a propor ações educativas as quais problematizem as práticas de representação com o objetivo de perceber as relações existentes entre poder e práticas culturais. Apresentamos, agora, algumas transformações sofridas pela cidade de Rio Grande com o estabelecimento do Polo Naval, empreendimento vinculado ao PAC – Plano de Aceleração do Crescimento do Governo Federal o qual possibilitou que algumas posições fossem assumidas e diferentes cidades fossem inventadas.

O polo naval e a cidade: um mar de oportunidades

Favorecido pela localização geográfica, o município de Rio Grande, no extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul, tornou-se referência na indústria da construção naval. De acordo com Machado e Santos (2013, p. 3), “nos últimos anos, após longo período de recessão econômica na cidade de Rio Grande e região, este cenário começa a se modificar em decorrência do grande aporte de recursos financeiros, principalmente por parte do Governo Federal”.

Fatores como o alto custo com afretamento por parte da Petrobras e a descoberta de campos de petróleo em águas profundas, o pré-sal, impulsionaram a indústria naval do Brasil, estagnada desde a década de 1980. A necessidade de uma maior quantidade de plataformas de extração de petróleo, bem como de embarcações de apoio, associada à política da Petrobras, a qual reserva aos estaleiros nacionais a preferência na construção de navios e seus equipamentos, fez com que o Governo Federal admitisse a debilidade do país nesse processo. Assim, houve o interesse em descentralizar a produção naval da

região central do país, mais especificamente do estado do Rio de Janeiro, para possibilitar a construção de polos navais mais modernos (CARVALHO; CARVALHO; DOMINGUES, 2012).

Iniciou-se então, em meados de 2005, a construção do primeiro dique seco da América Latina habilitado a reparar e construir plataformas *offshore*¹, ou seja, diques capacitados para “construção e/ou a reparação de plataformas e navios de apoio marítimo para atividades *offshore* da indústria de petróleo e gás” (CARVALHO, CARVALHO, DOMINGUES, 2012, p. 17). Com a instalação do Estaleiro QUIP (formado pelas empresas Construtora Queiroz Galvão, UTC Engenharia e IESA Óleo e Gás), duas unidades do Estaleiro Rio Grande² – ERG 1, ERG 2 (administrado pela empresa Engevix/ECOVIX) e futuras instalações do Estaleiro Wilson Sons, a cidade ganhou notoriedade no segmento metalmeccânico, atraindo, portanto, investimentos que estimularam a economia da região.

Como consequência dessa política nacional e da implantação do polo naval e *offshore* na área do Porto do Rio Grande, instituiu-se o discurso promissor de desenvolvimento econômico para a região. Machado e Santos (2013, p. 3) colocam que “o discurso hegemônico, dos empresários ligados ao polo naval, seus bajuladores (consultores, mídia e outros), e pasmem, até por parte de membro da própria Universidade³, para estes estaríamos vivendo no ‘melhor dos mundos’”. No entanto, os efeitos desse desenvolvimento foram percebidos de forma controversa pela comunidade.

Dessa forma, o polo naval tornou-se tema de debates e embates nos diferentes seguimentos da sociedade. Nesses quase oito anos, novos discursos foram colocados em pauta, a partir da reflexão acerca das alterações pelas quais essa região vem passando. Contudo, esses distintos olhares não estão ao acesso de toda população, pois circulam apenas em meios restritos, caracterizados por pesquisas científicas, programas televisivos do canal fechado e por sites informais.

Uma das problemáticas apontadas refere-se aos beneficiários desse desenvolvimento econômico. Para Santos e Machado (2013, p. 185)

Esses investimentos, que deveriam trazer o tão protelado “desenvolvimento” para a região (segundo os governantes locais), geram/produzem também impactos negativos, riscos e conflitos urbanos e socioambientais. Tais questões nem sempre são referidas ou têm o destaque devido nos discursos dos apologistas do “futuro promissor para todos” que decorreria desses empreendimentos. Cabe-nos perguntar se esse crescimento econômico, sob a lógica do mercado, não estaria apenas reproduzindo o cenário de injustiça social e ambiental vivenciado historicamente nessa região e também se não seria apenas mais um ciclo econômico, como outros vivenciados em Rio Grande, que têm beneficiado secularmente apenas a uma elite constituída (grifo no original).

Os autores aprofundam a discussão ao indicar dois aspectos relevantes à temática. O primeiro deles sinaliza que, até o ano de 2016, as empresas que compõem o polo naval estão isentas de impostos, logo, este ano foi emblemático, no que tange à permanência dessas na cidade, enquanto o segundo aspecto aponta que a cidade já vivenciou outras explosões econômicas, nas quais houve o enriquecimento de sujeitos específicos. Entretanto, grande parte da população, posteriormente, ficou desempregada causando sérios problemas sociais.

Silva et al (2012) levantam a hipótese de que a cidade poderia vivenciar a explosão econômica a qual beneficiaria um grupo específico de pessoas. Tal constatação faz com que seja importante abordar, no espaço escolar, aspectos referentes às implicações do polo naval para a comunidade local, na busca pela não reprodução das diferenças sociais que se deram durante nossa história.

Todavia, ganharam centralidade as discussões referentes às ocupações dos postos de trabalho. Estimativas divergentes apontam distintos números com relação aos empregos gerados direta e indiretamente pelo polo. Uma reportagem veiculada no ano de 2009, pela filiada a Rede Globo no estado, RBS TV⁴, indicava a geração de cinco mil empregos diretos ao ano e, no prazo de seis anos, 100 mil empregos diretos e indiretos. Já no ano de 2010, Mazui (2010) coloca a possibilidade da geração de aproximadamente três mil empregos ao ano, totalizando 60 mil empregos locais no decorrer de dez anos. Contudo, a abordagem de maior amplitude está relacionada ao percentual de distribuição dessas vagas.

De acordo com Feijó e Madono (2013 apud Domingues, 2009), 70% da mão de obra empregada no polo naval e *offshore* é ocupada por migrantes cariocas, baianos, paulistas, mineiros, capixabas e gaúchos oriundos da Serra e região metropolitana de Porto Alegre. Aos riograndinos, são destinados os serviços de menor qualificação e, conseqüentemente, menor remuneração. No entanto, essa informação é negada pelas empresas que compõem este segmento, alegando um percentual de 70,9% de mão de obra local.

É notório que as estimativas quanto aos postos de trabalho gerados pelo empreendimento são desencontradas, mas esses cargos existem. Mesmo que os percentuais de mão de obra sejam discutíveis, o acesso ao mercado de trabalho foi estendido a sujeitos antes marginalizados por falta de qualificação. Com a migração dos trabalhadores nativos melhor qualificados para o polo naval, bem como para a rede que se criou para atender a esse (transporte, alimentação e moradia dos trabalhadores

migrantes), houve a necessidade de suprir cargos em supermercados, lojas, enfim, no comércio em geral. Sendo assim, o comércio de bens e serviços da cidade foi aquecido, pois a “renda gerada pelos empregos diretos e indiretos seria utilizada para o consumo dos trabalhadores, propagando-se aos mais diversos setores da economia e, gerando, assim, mais empregos” (FEIJÓ; SCHERER; LEIVAS, 2010, p. 9).

A polêmica envolvendo os empregos do polo naval vai mais além. Desde o ano de 2011, há registros de manifestações dos trabalhadores por melhores condições laborais que, promovidas pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica Mecânica e Material Elétrica de Rio Grande, buscam denunciar alguns acontecimentos ocultados pelos meios de comunicação. Dados fornecidos pelo sindicato apontam que, 90% dos atendimentos feitos referem-se a trabalhadores que buscam condições para retornar para sua terra natal. Essas pessoas viriam de outros estados para Rio Grande devido a algumas promessas, como pagamento de passagem para visita familiar a cada três meses e transporte para o estado de origem em caso de demissão, atos motivacionais que acabam não sendo cumpridos.

Para garantir o emprego, esses funcionários devem declarar-se nativos, comprovando, mediante documentação, que possuem residência fixa na cidade. Essa manobra possibilita que a estatística de 70% de mão de obra local seja alcançada, bem como isenta o empregador do acréscimo mensal de 25% no salário do trabalhador referente à transferência de estado.

Além disso, o Ministério Público do Trabalho também apurou irregularidades trabalhistas envolvendo a construção das plataformas. Com relação ao canteiro de obras, foi detectado pelo órgão fiscalizador o desrespeito às leis de segurança, como inexistência de rota de fuga e de rampas de acesso e, com relação às questões trabalhistas, jornadas extensivas, trabalho aos domingos sem autorização da autoridade competente e ausência de descanso semanal remunerado.

Com relação as irregularidades apuradas, Portela (2013) coloca que

dizem respeito ao descumprimento de normas de saúde, meio ambiente e segurança (SMS) do trabalho. Também foram constatados procedimentos irregulares em relação à jornada de trabalho, tais como jornada excessiva, inobservância do intervalo interjornada e trabalho aos domingos e feriados sem atendimento dos requisitos previstos em lei (PORTELA, 2013)⁵.

Os alojamentos onde são hospedados os trabalhadores vindos de outras regiões, em geral, apresentam condições razoáveis, entretanto, há casos de moradia sem cozinha, com chuveiro frio, torneira sem pia, vaso sanitário sem tampa e janelas com vidros quebrados.

Devido à conclusão das plataformas P-53, P-63, P-55 e P-58, iniciou-se um processo de demissão em massa dos trabalhadores. No ano de 2013, de acordo com Divério (2013), a “informação divulgada pela Secretaria Estadual do Trabalho, de que até 11 mil pessoas seriam dispensadas foi maior do que a prevista [...]”⁶, o que causou preocupação na população em geral. Além do desligamento dos empregados diretos, há também os efeitos sofridos pelo trabalhador indireto. Diferentes setores da comunidade riograndina enfrentaram dificuldades com a queda do consumo de bens e serviços, moradia e alimentação.

Outro aspecto associado ao crescimento econômico de Rio Grande são as alterações estruturais e sociais geradas pelo aumento populacional e pela disposição geográfica da cidade. Para Feijó e Madono (2013, p. 4)

A cidade de Rio Grande começa a apresentar gargalos na sua infraestrutura, uma vez que, em função do aumento populacional ocasionado pela migração causada pelas oportunidades de emprego no polo naval, o município começa a exibir déficits em alguns serviços. Já se pode observar uma pressão de demanda por serviços habitacionais, o que acaba tornando a oferta de imóveis insuficiente, inflacionando, assim, o mercado imobiliário de Rio Grande. Pode-se notar também uma precariedade no sistema de saúde e um tráfego urbano intenso, visto que o número de veículos em circulação tem aumentado consideravelmente. Soma-se a isso a posição geográfica da cidade, que é delimitada lateralmente por águas, o que dificulta o crescimento da mesma em termos físicos.

Gautério et al. (2012) acrescentam que, mesmo com o aumento do Produto Interno Bruto – PIB – e da arrecadação municipal em decorrência do crescente desenvolvimento econômico dos últimos anos, a realidade demonstra que o acréscimo na receita do município não foi revertido em investimentos nas áreas de saúde, saneamento básico, habitação, segurança, educação, mobilidade urbana e outras, as quais representam as fragilidades de Rio Grande. Mesmo com as constatações levantadas pelos pesquisadores, essas não estão ao acesso de grande parte da população, visto que os meios de comunicação de massa – televisão e jornal – divulgam uma imagem ilusória como forma de perpetuar o discurso hegemônico o qual favorece a uma ínfima parcela da população.

De acordo com o mapeamento dos conflitos urbanos ocorridos em Rio Grande no ano de 2012, realizado pelo Observatório de Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil, foram identificados 22 conflitos, sendo 11 deles relacionados à luta dos trabalhadores, 02 à pesca, 03 à mobilidade urbana, 04 à habitação, 01 à saúde, 01 à educação. Santos e Machado (2013, p. 201) clarificam ao colocar que

[...] os conflitos evidenciam que há uma configuração desigual – que chamamos de injustiça ambiental – no município e na região, que, além de ser evidente, poderia ser o ponto de partida para reflexões teóricas no campo da sociologia e da educação ambiental, como foco das políticas por parte dos diferentes gestores públicos da região.

Em contrapartida, destaques como “Um mar de oportunidades”⁷ (slogan da Feira do Polo Naval), “Não faltarão contratos para a indústria naval do país” (Jornal Agora de 08.11.2013), “Quip comemora os 70,9% de mão de obra riograndina no polo naval” (Jornal Zero Hora de 03.04.2011), “A estagnação está cada vez mais distante” (Diário Popular de 02.06.2011) explicitam a extensão das oportunidades a toda a comunidade. Em diferentes reportagens, são enfatizadas as potencialidades do empreendimento sem propiciar ao leitor a análise crítica da situação.

Os aspectos como qualificação associada à garantia de emprego, salários atrativos e melhores condições de trabalho são enaltecidos com o objetivo de tornar os sujeitos consumidores passivos das informações veiculadas. Fischer (1976, p. 60) corrobora ao colocar que “[...] os meios de informação e comunicação constroem significados e atuam decisivamente na formação dos sujeitos sociais”.

Análoga à situação ocorrida na Serra Pelada⁸ na busca pelo ouro, a Serra Pelada do Estado do Rio Grande do Sul modificou a configuração social e estrutural do município e estabeleceu divergências de opiniões fundamentadas no processo vivencial de seus sujeitos e delineou uma nova cidade.

O sujeito e a cidade

O sujeito é a unidade elementar das práticas comuns e analisá-lo esteve por muitos anos distante do campo de estudo das pesquisas científicas. Enquanto veículo que operacionaliza, de forma lógica, em meio à pluralidade de modelos impostos pela racionalidade moderna, ele estabelece as práticas comuns como experiências particulares, como luta que organiza espaços e delimita campos. São esses entrelaçamentos de percursos que constituem a subjetividade.

Certeau (2012) nos ajuda a compreender esses entrelaçamentos de forma coletiva, através do que denomina “combinatórias operações” realizadas pelos marginalizados, as quais os permitem escapar do estereótipo de passivos. As suas movimentações reinventam o cotidiano e o uso que fazem dos objetos sociais impostos por uma política do conhecimento dominante tornam visíveis as construções históricas, políticas e sociais que constituem a sua realidade. O autor esclarece que “a figura atual de uma

marginalidade não é mais a de pequenos grupos, mas uma marginalidade de massas; atividade cultural dos não produtores de cultura, uma atividade não assinada, não legível, mas simbolizada [...]” (CERTEAU, 2012, p. 43).

A partir do estudo dos modos de produção dessas expressões populares é possível reconstruir os fenômenos sociais que estabelecem as diferenças culturais entre grupos.

A presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção socioeconômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam. Só então é que se pode apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização (CERTEAU, 2012, p. 39).

Composta por operações combinatórias e por modelos de ação dos sujeitos, a cultura revela o distanciamento existente entre o significado atribuído à utilização de determinado objeto e o seu real significado por quem o utiliza. Para Certeau (2012, p. 41), “essas ‘maneiras de fazer’ constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” (grifo no original). São mecanismos utilizados para sobreviver à sistematização dominante do conhecimento produzida pela sociedade, são formas de articular as manipulações da sociedade de modo a desafiar “a razão do mais forte” (CERTEAU, 2012).

Muitas práticas cotidianas são utilizadas como tática de sobrevivência, como manifestação dos grupos menos favorecidos em busca de pequenos sucessos, a fim de torná-los libertos da repressão social. O ato de comunicar-se sem atender a procedimentos técnicos atrelados às práticas formais permite que o sujeito atribua significados a certas palavras. Portanto, a arte de conversar é uma prática transformadora na qual as produções verbais coletivas não possuem fixidez de emissor, possibilitando a manipulação e a adaptação aos diferentes espaços.

Ainda de acordo com Certeau (2012, p. 44)

No espaço tecnocraticamente construído, escrito e funcionalizado onde circulam, as suas trajetórias formam frases imprevisíveis, “trilhas” em parte ilegíveis. Embora sejam compostas com os vocabulários de línguas recebidas e continuem submetidas a sintaxes prescritas, elas desenham as astúcias de interesses outros e de desejos que não são nem determinados nem captados pelos sistemas onde se desenvolvem.

Dar voz do “homem ordinário” (CERTEAU, 2012) tende a promover mudanças na visão que temos desse sujeito, visto que as maneiras usuais de falar abordam aspectos mais amplos, expressam vivências, manifestam complexidades por meio de práticas linguísticas. Ainda segundo o autor, a sociedade na qual vivemos passou a ser construída a partir da submissão das massas ao enquadramento das racionalidades niveladoras.

Esse nivelamento da racionalidade técnica atinge a todos os sujeitos, estabelecendo um discurso único e sem emissor, um discurso o qual generaliza saberes particulares e transforma o homem ordinário em reproduzidor, reflexo dos que detêm o poder.

Além do ato de comunicar-se, em outros espaços desenvolvem-se disputas de poder pelo estabelecimento da ordem. Em alguns casos, a religião, os grupos comunitários e as escolas, possibilitam a emissão de expressões de resistência, tendem a revelar “[...] as lutas e as desigualdades que se ocultam sob a ordem estabelecida” (CERTEAU, 2012, p. 74). Investigar os modos de produção das expressões populares desenvolvidas nesses locais possibilita a construção de fenômenos sociais. Tais expressões revelam as marcas do seu uso e “indicam, portanto, uma historicidade social a qual os sistemas de representações ou os procedimentos de fabricação não aparecem mais só como quadros normativos, mas como instrumentos manipuláveis por usuários” (CERTEAU, 2012, p. 77).

Fischer (2001, p. 218) corrobora ao colocar que os corpos se constituem por práticas reais, ou seja, a história marca os corpos. Assim,

Se os acontecimentos são apenas marcados pela linguagem e dissolvidos pelas ideias, há um lugar em que definitivamente se inscrevem: a superfície dos corpos [...] os sujeitos são efeitos de discursos, e esses efeitos – produzidos no interior de inúmeras e bem concretas relações institucionais, sociais e econômicas – não existem senão nos corpos.

Nesse sentido, a arte de fazer refere-se à contraposição ao modelo imposto, ao traçado de caminhos desconhecidos, ao movimento de forma imprevisível por um espaço construído e pré-determinado. O sujeito utiliza suas idas e vindas para produzir deslocamentos e variações que possibilitam a ultrapassagem dos limites estipulados para a utilização de um objeto. Mesmo com a tomada de medidas para reprimir ou para escondê-las, essas táticas desviacionistas ganham espaço.

Diferentes encadeamentos emergem a partir desse entendimento, instauram outras formas de perceber socialmente e outras redes de poder, pois

[...] os acontecimentos e suas consequências não se distribuem da mesma forma: assim, uma descoberta, o remanejamento de um método, a obra de um intelectual - e também seus fracassos - não têm a mesma incidência e não podem ser descritos da mesma forma em um e em outro nível, onde a história contada não é a mesma (FOUCAULT, 2008, p. 5).

São os deslocamentos feitos ao modelo imposto que delineiam, também, as diferentes cidades, ou seja, em um mesmo tempo e espaço, cidades se constituem a partir da percepção de seus sujeitos. Assim, batalhas são travadas pela imposição de sentido e pela constituição de uma cidade planejada antecipadamente. A cidade, então,

não é mais campo programado e controlado, é espaço de disputa de poder, espaço onde as identidades buscam emergir. Em constante transformação, esconde imposições construídas historicamente e expressa trajetórias de discriminação por meio da classificação dos espaços. Desse modo, as identidades se constituem sob influência geográfica e aos locais é concedido o poder classificador, o qual determina oportunidades sociais.

“A cidade”, à maneira de um nome próprio, oferece assim a capacidade de conceber e construir o espaço a partir de um número finito de propriedades estáveis, isoláveis e articuladas uma sobre a outra. Nesse lugar organizado por operações ‘especulativas’ e ‘classificadoras’, combinam-se gestão e eliminação. De um lado, existem uma diferenciação e uma redistribuição das partes em função da cidade, graças a inversões, deslocamentos, acúmulos etc.; de outro lado, rejeita-se tudo aquilo que não é tratável e constitui, portanto, os “detritos” de uma administração funcionalista (anormalidade, desvio, doença, morte etc.) (CERTEAU, 2012, p. 160, grifos do autor).

Certeau (2012, p. 176) ainda acrescenta que

Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar, mas que estão ali antes como histórias à espera de permanecerem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações conquistadas na dor ou no prazer do corpo.

Nessa linha de pensamento, podemos pensar as cidades como discursos, percepção dos sujeitos sobre seus tempos e espaços, imposição de sentido, disputas de poder.

Como os discursos formam os objetos a que se referem, a realidade é construída por tramas discursivas. Essas estruturas não são fixas, elas se adaptam aos contextos, adquirindo distintas conotações e produzindo novas práticas sociais. Assim, existem realidades e não uma única, verdadeira e soberana realidade. Essas realidades são estabelecidas a partir das relações de poder envolvidas no discurso, são elas que determinam regras próprias que separam as palavras das coisas, pois as palavras constituem os objetos nelas referidos.

No discurso

[...] não estamos diante da manifestação de um sujeito, mas sim nos defrontamos com um lugar de sua dispersão e de sua descontinuidade, já que o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial, origem inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem (FISCHER, 2001, p. 207).

A partir dessa constatação, os olhares passaram a atentar não mais às sequências lógicas, à homogeneidade disciplinar. Deslocaram-se para as rupturas, para a segregação, na busca por um “[...] novo tipo de racionalidade e de seus efeitos múltiplos”

(FOUCAULT, 2008, p. 4). A questão central, então, passou a ser as rupturas e não é mais a igualdade que estabelece a homogeneidade social. Isso possibilitou que diferentes encadeamentos emergissem, bem como outras percepções sociais e redes de poder.

A história propriamente dita, por anos negou essas rupturas, com o objetivo de manter as estruturas fixas. Recortes foram realizados com o intuito de estabelecer sentido, ligações simbólicas a fenômenos como forma de explicação a fatos ocorridos, que concederam legitimidade e soberania a uma consciência coletiva. Esses recortes são entendidos como

[...] categorias reflexivas, princípios de classificação, regras normativas, tipos institucionalizados: são, por sua vez, fatos de discurso que merecem ser analisados ao lado dos outros, que com eles mantêm, certamente, relações complexas, mas que não constituem seus caracteres intrínsecos, autóctones e universalmente reconhecíveis (FOUCAULT, 2008, p. 25).

Em torno de um sujeito tem-se um “[...] imenso formigamento de vestígios verbais” (FOUCAULT, 2008, p. 27) que se entrecruzam e determinam expressões de pensamento presas a determinações históricas. Por meio de operações interpretativas, os discursos se estabelecem em meio a uma reestruturação social a qual torna possível que “[...] conjuntos de enunciados que eram, na época de sua formulação, distribuídos, repartidos e caracterizados de modo inteiramente diferente” (FOUCAULT, 2008, p. 25) façam a composição de um discurso de um determinado tempo e espaço. Ainda para Foucault (2013, p. 113),

[...] o espaço que aparece hoje no horizonte de nossas inquietações, de nossa teoria, de nossos sistemas não é uma inovação; o próprio espaço tem, na experiência ocidental, uma história, e não é possível ignorar esse entrecruzamento fatal do tempo com o espaço.

Os discursos, então, não são apenas conjuntos de signos, cujo interior revela a verdade pura. São a forma com que enunciados e relações se estabelecem e se mantêm em funcionamento, expressam relações históricas. Assim,

[...] o discurso ultrapassa a simples referência a “coisas”, existe para além da mera utilização de letras, palavras e frases, não pode ser entendido como um fenômeno de mera “expressão” de algo: apresenta regularidades intrínsecas a si mesmo, através das quais é possível definir uma rede conceitual que lhe é própria (FISCHER, 2001, p. 200).

O enunciado como condição de existência para o discurso, em Foucault, revela práticas, técnicas e relações sociais referentes a um campo do saber específico. Abrange mais do que a associação de palavras para expressar significados, permite que seja revelado o lugar assumido pelo sujeito, expressa as inúmeras vozes que falam num

mesmo discurso, seja pela presença do destinatário ou porque se refere a muitos outros discursos (FISCHER, 2001). Segue, assim, a um conjunto de regras que determinam as verdades estabelecidas historicamente, referentes a determinado saber. Apresenta uma história sem linearidade, revela estratégias de poder.

O olhar sobre a cidade

As narrativas a seguir são fragmentos das falas de uma turma composta por 11 estudantes que cursam o 9º ano do Ensino Fundamental em uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Rio Grande, a respeito do polo naval. Produzidas por meio de entrevista informal e escritos, tais narrativas compõem o material que buscou compreender como esses sujeitos se constituem a partir das informações veiculadas pelas diferentes mídias. Problematizamos o olhar e analisamos as transformações sofridas nos discursos oficiais quando os estudantes tomam voz e as expressam por meio de suas práticas linguísticas, no sentido de entender como pensam a sua cidade, constituindo outros sujeitos como lugares de verdade.

Inspiradas na análise do discurso proposta por Michel Foucault, buscamos encontrar o lugar que esse falante assumiu em determinado discurso. Assim, atentamos ao objetivo de destacar o campo do saber desta época, com o intuito de captar a história de um determinado objeto, “[...] mostrar qual o modo de existência que caracteriza aqueles enunciados, os quais estão, sempre, diretamente investidos em técnicas e prática, isto é, em relações sociais” (FISCHER, 2001, p. 221).

Dessa forma, apresentamos o olhar desses estudantes, carregado das imposições e marcas sociais. Apresentamos os corpos que expressam os traços dos bairros em que moram, que constituem verdades sobre si e se constituem perante a sociedade (CERTEAU, 2012).

Bem o polo naval pra mim não influencia em nada por que nem um familiar meu trabalha para o polo naval. Mas nos mercados está quase tudo aumentando tá ficando muito caro, mas o salário também aumentou.

O meu ponto de vista é que o polo naval não influencia na minha vida. Mas pode influenciar na vida de muitas pessoas, talvez até influencie na minha vida mas não percebo.

A percepção quanto à influência dos objetos sociais e culturais sob o sujeito varia de acordo com os estímulos a que este é exposto. Isso se deve ao papel central assumido pela cultura no processo de organização e estruturação da sociedade moderna

e da mídia na disseminação dessa cultura. Assim, os modos de viver estão em constante alteração, estabelecendo mudanças sociais. Entretanto, essas mudanças causam diferentes impactos na sociedade, sendo caracterizadas pela forma com a qual o sujeito por ela é tocado, direta ou indiretamente.

A presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção socioeconômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam. Só então é que se pode apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização (CERTEAU, 2012, p. 39).

Novas cidades, então, emergem das variações culturais. A partir da forma de contato do sujeito com a cidade legitimada socialmente, será delineada a percepção do seu pertencimento a esse tempo e a esse espaço. Como espaço em constante transformação, a cidade esconde imposições construídas historicamente e expressa trajetórias de discriminação por meio da classificação dos espaços. Assim, as identidades que se constituem sob sua influência, emanam seu poder de classificação e de determinação de oportunidades sociais.

As palavras expressas pelos estudantes designam a posição por eles assumida, constitui a verdade, reflete a trajetória e as marcas do espaço por eles percorrido. Em sua fala, fica claro o não pertencimento ao cotidiano estabelecido, bem como a relação existente entre a cultura e o poder.

O poder, neste caso, foi exercido no momento de seleção das informações, referente à temática abordada, que veiculam pela comunidade. Essa seleção tem como objetivo intrínseco governar, regular e moldar as práticas sociais, a partir da indução a uma única forma de interpretação dos fatos. O processo fundamenta-se, portanto, nas formas de governo, a partir da constituição da subjetividade. Os modos explícitos de regulação desapareceram, concedendo lugar à cultura como reguladora de conduta e de práticas sociais, o chamado “governando através da cultura” (HALL, 1997).

Os sujeitos são influenciados por aqueles que detêm a cultura, por aqueles que a moldam e a regulam de acordo com seus interesses. Sentem-se como únicos responsáveis pelo não pertencimento à situação estabelecida, eximindo o Poder Público de qualquer responsabilização pela condição sociocultural econômica dessa comunidade.

Garcia (2001, p. 35) esclarece o sentido do termo “governo” ao colocar que se utiliza

[...] para se referir a uma forma de atividade que tem por objetivo moldar, guiar ou afetar a conduta de alguma pessoa ou de grupos de pessoas, incluindo o governo de

si próprio. É a arte de bem dispor as coisas e as pessoas de modo a conduzi-las a fins convenientes a cada uma das coisas a governar.

O ser e estar “sujeito”, na Era Polo Naval, foi criado pelos significados culturais atribuídos à implantação do polo na comunidade. Houve uma resignificação do sujeito a partir do estabelecimento da dualidade, pertencente ou não pertencente à Era. Significados foram produzidos, alimentando o sentimento de exclusão desses estudantes, pois nem a eles e nem a seus familiares foi estendida a participação no empreendimento.

Assim, semelhante à análise realizada por Garcia (2001, p. 35), na qual revela o efeito que a pedagogia tem sobre o ser e o estar cultural, sua consequência como disciplinadora de conduta e como forma de governo da subjetividade, se estabelece a Pedagogia do Polo Naval. Os sujeitos pedagógicos produzidos por esse discurso são, em grande parte, “[...] constituídos, formados e regulados por uma ordem que é introduzida por esse discurso”.

Na Pedagogia do Polo Naval veiculam múltiplos discursos, separados de acordo com a dualidade apresentada, fato que permite a modificação da posição assumida, pois ora os estudantes pertencem, ora não pertencem ao tempo e espaço. É por meio dessa forma cambiante de percepção que diferentes cidades são delineadas, possibilitando a existência de distintos olhares em uma mesma comunidade e a modificação destes.

Dessa maneira, mesmo com a divulgação do slogan “Um mar de oportunidades” e da promessa de extensão de postos de empregos a toda comunidade, essa posição não foi assumida por todos os estudantes. Alguns realizaram recortes no acontecimento histórico, o que levou à conclusão de que não sofrem influência do empreendimento, pois as oportunidades divulgadas não foram a eles estendidas.

Durante o tempo que trabalhamos em sala de aula sobre o assunto do momento “polo naval”, descobri bastante coisas, uma delas é que não devemos acreditar em tudo que a mídia fala ou nos mostra.

A mídia poderia mostrar realmente o que acontece parando de enganar as pessoas que vem de vários lugares onde deixam suas famílias, suas vidas por falsas promessas. Mas a mídia só mostra o que dá audiência, não a verdade, a realidade.

No polo naval acontecem muitas coisas que são escondidas das pessoas, na mídia em reportagens sobre o polo naval se fala só o lado bom, a parte ruim dificilmente aparece na mídia porque falar bem do polo naval dá lucro as mídias.

Ao fazer uso do discurso, a mídia informa e forma sujeitos por não transmitir informações de forma passiva e descomprometida. Com agenda específica, segue uma lógica discursiva, a qual constrói um processo pedagógico de comunicação com o

receptor a fim de produzir significados específicos com relação a determinados temas sociais e culturais.

De acordo com Kelnner (1995, p. 112), a publicidade

[...] é uma pedagogia que ensina os indivíduos o que eles precisam e devem desejar, pensar e fazer para serem felizes, bem sucedidos [...] A publicidade ensina uma visão de mundo, valores e quais comportamentos são socialmente aceitáveis e quais são inaceitáveis [...] Além disso, a publicidade é um texto social importante e um indicador social que fornece um repositório de informações a respeito de tendências sociais, de modas, de valores contemporâneos e daquilo que realmente preocupa os dirigentes do capitalismo de consumo.

A linguagem publicitária, então, subjetiva os sujeitos, de tal forma que seus discursos são tomados como verdades absolutas, caracterizando identidades. Essas identidades não são fixas, são manipuláveis, adaptáveis de acordo com os interesses culturais, pois por trás da publicidade estão as disputas de poder ligadas ao consumo de valores e de bens materiais. As imagens simbólicas divulgadas pela publicidade, portanto, tentam produzir a associação dos produtos oferecidos a características socialmente desejáveis, a fim de que os sujeitos adquiram tais características pela compra de um produto. Segundo Santos (1997, p. 85), “os discursos confluem, estão circulando, disputando espaço e prestígio pelo exercício de relações de poder”.

Assim, os textos divulgados pela mídia têm como objetivo específico circular discursos. Para Fischer (2002), a mídia participa da constituição de sujeitos utilizando imagens para produzir significações e ensinamentos às pessoas, ou seja, modos de ser e de estar culturalmente. Em suma, a mídia e a publicidade reorganizam a vida cotidiana na busca pela homogeneidade cultural ao reproduzir a cultura legitimada socialmente e atribuir sentido às práticas sociais.

Dessa forma, os estudantes puderam observar, pela cidade de Rio Grande, diferentes enunciados. Desenvolvimento econômico e oportunidade de emprego extensiva a toda comunidade foram alguns dos discursos divulgados pelos apoiadores do polo naval. Em contrapartida, essas verdades não constituem a verdade vivida por eles, como é apresentada em seus escritos.

As pessoas que são contratadas de outros lugares pra vir a RG para trabalhar em um serviço, onde ficara em bons lugares onde não terá problemas. Mas não as pessoas que vem são obrigadas ter seu registro como foste dessa cidade, tem que vários outros trabalhadores. Fora que cada semana temos 1 a 3 pessoas que se machucam perdendo um pedaço da mão ou outro lugar e entre um mês morre um trabalhador no polo naval [sic].

Após a conclusão das plataformas [...] o total de trabalhadores no polo, que chegou a 24 mil e hoje está com cerca de 19 mil, caia para menos de 8 mil até o final deste ano.

A situação complica mais pelo fato de muitos trabalhadores estarem vinculados a dezenas de pequenas empresas terceirizadas [...] O número de trabalhadores está cada vez mais diminuindo no polo naval. O polo naval vai concluir as plataformas P-55 e P-58 demitindo mais de 10 mil trabalhadores. A maioria desses trabalhadores vão ser demitidos por falta de emprego no polo naval [...]. Enfim, e os desempregados vão trabalhar onde a partir que eles foram demitidos? [sic].

Nesse momento se apresenta a “arte de fazer” (CERTEAU, 2012) dos estudantes, a contraposição ao modelo imposto por caminhos por eles traçados. O deslocamento feito no discurso da mídia permite a reapropriação do espaço organizado. Assim, os estudantes realizam operações com as informações passadas pela televisão, consomem, fabricam e utilizam imagens para fins que contradizem as proposições de seus idealizadores. Essas táticas empregadas desviam a ordem efetiva das coisas, mesmo que sem a ilusão de que a sociedade mude.

Em suas leituras do cotidiano, os estudantes compreendem que

[...] o transito na cidade está completamente horrível! Os impactos do polo naval está atingindo a todos, a todos mesmo. Rio Grande parece melhorar mas só vem a piorar pois os preços dos aluguéis, casas, mercadorias, alimentos, objetos, etc. Sem dizer que a maioria dos lucros do polo naval não fica em Rio Grande, já, os problemas estão todos aqui [...] A cidade do Rio Grande não consegue acompanhar o crescimento digo, o aumento de pessoas, de veículos, do fluxo de mercadorias, etc. Rio Grande está em caos, ninguém mais aguenta isso [sic].

O polo naval ajudou porque trouxe trabalho, trouxe dinheiro, só que quanto mais avanço mais problemas. Aumentou o fluxo de pessoas e com isso os cidadãos de Rio Grande aumentou seus negócios visando o lucro que teriam com o polo naval, esquecendo dos outros cidadãos que são naturais daqui, e com isso fica uma falha porque visando as pessoas que vieram como polo naval pra eles está tudo bem porque estão empregado, com moradia estável eles fazendo a parte deles está ótimo. Só que o povo riograndino se esqueceu de si próprio, porque nem todos tem casa própria e muito menos dinheiro, com isso ficou uma falha no progresso porque nem todos aproveitam isso.

Muitas pessoas acham que o polo só nos trouxe coisas boas: “Ah, mas o polo trouxe muitas oportunidades”, “As pessoas estão recebendo melhor”, “Rio Grande está se desenvolvendo”. Para começar, “oportunidades?” Sim, devo concordar, realmente trouxe mesmo, mas junto dessas oportunidades não vieram também problemas? Tiveram que buscar gente de tudo que é canto do Brasil, “Ah, mas isso é bom, mistura de culturas, o comercio aumentou...”. Realmente as culturas estão unidas e os maus hábitos de gaúcho e o de pessoas de fora também. Sim, o comercio aumentou e o uso de drogas também, e o transito e as filas em banco, lotéricas, hospital... as pessoas estão recebendo mais? Sim, mas seu lucro está desigual[...]. A cidade está se desenvolvendo? Será que as pessoas não entendem que junto desse “desenvolvimento” vieram os crimes mais frequentes, o surto de uso de drogas, de poluição.

Nas últimas décadas, as discussões acerca dos conflitos ambientais e urbanos que se estabelecem nas diferentes cidades ganharam evidência. Por meio de estudos realizados na área das ciências sociais, pesquisadores dedicam-se a compreender esses

conflitos e os desafios resultantes. Entretanto, essas investigações acabam por restringirem-se ao meio acadêmico e, em poucos casos, variando de acordo com interesses externos, seus resultados são divulgados à população em geral, por meio dos instrumentos midiáticos os quais não estão ao acesso de todos.

Um dos discursos que caracterizam a contemporaneidade faz alusão ao enunciado “desenvolvimento para todos” (MACHADO; SANTOS, 2013, p. 17), vinculado ao Plano de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal. Esse enunciado, composto por signos e por palavras, revela a posição que o sujeito deve assumir seguindo o desejo de seus idealizadores.

Ao analisá-lo, percebemos que faz referência ao progresso, remete à melhor condição financeira como possibilidade de ascensão social; afirmativa extensiva a todos os sujeitos, independentemente da sua condição social. Portanto, o objetivo é propagar esse enunciado às comunidades marginalizadas, a fim de que esses indivíduos sintam-se pertencentes ao discurso proferido pelos gestores públicos.

Esse enunciado não existe de forma isolada, está correlacionado com outros enunciados, como futuro promissor para todos, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, que compõem o discurso político em atual vigência divulgado pela mídia (SANTOS; MACHADO, 2013). Em suma, o Governo Federal objetiva produzir o pertencimento dos sujeitos ao universo urbano e próspero que se instaura nas cidades do Brasil, sem abordar aspectos referentes às mudanças organizacionais e estruturais que emergem das alterações cotidianas resultantes do projeto.

Decorrente desse discurso político e do enunciado em questão, a comunidade de Rio Grande é acometida por essa proposta a partir da implantação do polo naval na cidade. No entanto, a cidade estabelecida pelos estudantes, apresenta discordância, reflete a percepção do conflito urbano instaurado a partir da extensão dos benefícios provenientes do empreendimento a um grupo social minoritário, em detrimento da grande massa populacional.

De acordo com Veiga-Neto e Fischer (2004, p. 22),

[...] tudo se dá no desenrolar da história e por isso o nosso pensamento, e aquilo que nós dizemos sobre as coisas, não tiveram uma origem no pensamento, mas no acontecimento, de modo que tudo o que pensamos e dizemos é da ordem da imanência e não da ordem de uma suposta transcendência. Se é da ordem da imanência, então é da ordem da contingência, de modo que tudo pode mudar no desenrolar da história.

Soto (2013, p. 42) esclarece que o conflito “é uma forma de interação entre indivíduos, grupos, comunidades e classes sociais que, por sua própria natureza, são

antagônicos. Esse antagonismo pode se manifestar violentamente ou não”. Tal comportamento está atrelado à sociedade contemporânea devido à

[...] disputa pelo controle de recursos escassos num sentido amplo, envolvendo também questões concernentes a relações sociais de poder, como a luta por cargos ou pelo controle de um território. Porém, o controle de recursos pode ser um fim em si mesmo ou também um meio para obter melhores posições em novos conflitos (SOTO, 2013, p. 42).

Câmara (2013, p. 136) complementa ao definir conflito urbano como “todo e qualquer confronto ou litígio relativo à infraestrutura, serviço ou condição de vida urbana, que oponha pelo menos dois atores, sendo um deles coletivo e que se manifeste no espaço público”. Por meio desses processos conflitivos, novas identidades são delineadas e emergem das práticas cotidianas. Soto (2013, p. 53) analisa o conflito como formador de uma nova identidade, recorrendo ao conceito de “lógica de ação coletiva”.

[...] conceito de “lógica da ação coletiva” permite explicar a formação de identidade dos agentes que interagem nos conflitos e surgem no processo de conflitos. Esses agentes não são algo dado, mas surgem em oposição a outros no processo e deles surgem novas identidades (grifo no original).

Esses estudantes, suscetíveis às manipulações da sociedade, desafiam os processos de política do conhecimento dominante e desenvolvem práticas em seu cotidiano as quais contrariam o esperado. Por meio de seu discurso, estabelecem uma relação conflitiva entre a cidade por eles estabelecida e a cidade segundo a percepção do Estado (governo, ministérios, instituições locais e nacionais), a partir da avaliação dos impactos socioambientais envolvidos nos processos de desenvolvimento da região de Rio Grande e pela problematização da ordem contemporânea.

Nesse momento, fica evidenciada a luta política que se expressa na forma da resistência cultural. Luta relacionada à identidade, travada como parte do processo de tornar fracos os poderes estabelecidos. Semelhante ao que Certeau (2012) coloca com relação à luta estabelecida entre os lavradores de Pernambuco e os poderosos, se estabelece a luta entre os veículos de informação e a comunidade, na busca pelo estabelecimento de verdades.

Falando de modo mais geral, uma maneira de utilizar sistemas impostos constitui a resistência à lei histórica de um estado de fato e as suas legitimações dogmáticas. Uma prática da ordem construída por outros retribui-lhe o espaço. Ali ela cria ao menos um jogo por manobras entre forças desiguais e por referências utópicas. Aí se manifestaria a opacidade da cultura “popular” – a pedra negra que se opõe à assimilação (CERTEAU, 2012, p. 74, grifo no original).

De forma desviacionista, os sujeitos reutilizaram o sistema imposto, na tentativa de constituir resistência à lei histórica e à legitimação dogmática, com o objetivo de recuperar

os espaços perdidos. Mesmo expressando a influência do discurso político na constituição da subjetividade, apresentam reflexões críticas quando possibilitada a análise sob diferentes perspectivas dos fatos. Assim, é possível, segundo Certeau (2012), “o retorno crítico do [homem] ordinário, tal como o compreende Wittgenstein, [que pode] deve destruir todos os tipos de brilharecos retóricos de poderes que hierarquizam e de *nonsense* que gozam autoridade” (p. 69, grifo no original).

Essas são algumas demonstrações de que “as engrenagens que asseguram a produção e a reprodução da ordem social, estão dando mostras de claros desajustes que obrigam a projetar políticas alternativas” (ÁLVAREZ-URÍA, 1996, p. 32). Dessa forma, a ordem estabelecida nas cidades, que por muitos anos regulou seus sujeitos, apresenta indícios de abalos, sendo a contemporaneidade caracterizada por um espaço de liberdade e de resistência; ora liberdade de expressão e resistência às imposições, ora de liberdade às imposições e resistência à liberdade. Tais indícios apontam para que as antigas formas de governar sejam alteradas, originando uma nova ordem política.

Os entrelaçamentos

Ao considerar todos os locais onde o poder é organizado e difundido como áreas pedagógicas, entendemos os espaços urbanos e a vida nas cidades como tal. A partir dessa compreensão, pautamos a ação empírica apresentada no entendimento de pedagogia cultural contemporânea que consiste em toda a pedagogia praticada para além da escola (COSTA, 2009b). Retratamos o olhar dos estudantes a respeito das transformações percebidas a partir da instalação do polo naval, com a intenção de explicitar a importância de a escola promover ações as quais possibilitem a esses uma análise crítica do espaço e do tempo em que vivem.

Costa (2009b) nos questiona quanto a formas de educar em tempos de caminhos diversificados e qual direção seguir no sentido de promover práticas educativas que estejam em conformidade com esses sujeitos, que se constituem em meio a um emaranhado de espaços que os educam. Para responder a essas indagações, destacamos a importância de perceber “[...] a educação como um processo aberto, amplo, plurifacetado” (COSTA, 2009b, p. 16), atravessado por ambiguidades e paradoxos. Dessa forma, pensar as peculiaridades que envolvem a educação a partir da reorganização social que se estabeleceu, nos impulsiona a inventar outros caminhos que possibilitem a esses sujeitos vislumbrar a existência de distintos olhares para um mesmo fenômeno cultural.

A autora argumenta que grande parte dos profissionais da educação ainda estabelecem práticas pedagógicas as quais ignoram a existência de processos de subjetivação e de produção de identidades em uma sociedade. Tomam como referência um estudante que talvez esteja em extinção, ao priorizar ações pautadas na homogeneização e na normalização de sujeitos. Tais práticas revelam uma concepção específica do aprender, pautada na explanação dos conhecimentos validados socialmente e desconsidera o docente como implicado diretamente no processo de política cultural (COSTA, 2003b).

Conhecer o alcance dos discursos que emergem de outras áreas pedagógicas e fabricam identidades sociais sustenta nossa constatação da potencialidade da escola como promotora de ações que possibilitam pensar os fenômenos da ordem da cultura. Ao evidenciar o quanto os discursos são potentes na constituição das formas de perceber os fenômenos sociais, esse espaço tende a ser território de prática política, o qual qualifica as relações sociais e culturais.

Dessa maneira, o espaço escolar possibilitou tornar evidentes as marcas dos corpos desses estudantes e as posições por eles assumidas perante os distintos enunciados. Reproduzimos a história do cotidiano a partir da influência da implantação do polo naval, na constituição da subjetividade dos estudantes da comunidade marginalizada. Em síntese, evidenciamos as imagens, com suas raízes na tradição cultural, que fazem com que a história popular seja muda.

Encontramos o ser-saber, o lugar que os sujeitos da pesquisa ocupam, os modos de subjetivação, os efeitos das verdades que se instituem sobre os sujeitos e nos sujeitos, processo que possibilitou entender como tal coisa foi dita neste momento, neste lugar e não em outro.

Buscamos, então, no decorrer desse artigo problematizar a educação sob a perspectiva cultural, indicando a escola como espaço de qualificação das relações sociais e culturais.

Argumentamos aqui que crianças e jovens são sujeitos do currículo, estão sujeitos a um currículo. Que a construção de identidades dá-se no entrecruzamento de vários fluxos, várias relações; que subjetividades são produzidas por múltiplos discursos. Que, como nos diz Costa (2005), crianças e jovens ao chegar a escola já foram objeto de um conjunto de discursos, que produziram diferentes 'posições de sujeito' e que os constituem clientes.

Discutir o Polo Naval de Rio Grande e o propagado 'Mar de oportunidades' veiculado pela grande mídia como promessa de extensão de postos de empregos a toda

comunidade é fazer com que a escola, através do currículo, provoque outras leituras do cotidiano e proporcione lugares de escape para seus sujeitos, onde subjetividades deslizem e fluam.

Desafiamo-nos a pensar a escola a partir da perspectiva de espaço cotidiano, o qual busca romper com as concepções naturalizadas de ser e de estar socialmente, criando possibilidades ao imprevisível, ao impensável, onde outras subjetividades, outras identidades possam ser estimuladas em direção a um mundo talvez melhor. Para tanto, foi necessário ir mais longe e provocar interrogações quanto ao que é, ou não, de domínio da escola.

Referências

ÁLVAREZ-URÍA, Fernando. Microfísica da escola. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, v.21, n.2, p. 31-42, jul./dez. 1996.

ALVES, Nilda. Currículos e pesquisas com os cotidianos. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo; CARVALHO, Janete Magalhães (Org.). *Currículos, pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades*, v.1, Petrópolis, RJ: DP et Alii, 2012. p. 35-46.

CÂMARA, Breno Pimentel. Lendo a cidade do Rio de Janeiro através dos conflitos urbanos. In: MACHADO, Carlos RS et al (Org.). In: *Conflitos ambientais e urbanos – debates, lutas e desafios*. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p. 135-160.

CARVALHO, Diogo Sá; CARVALHO, Andréa Bento; DOMINGUES, Marcelo Vinícius de La Rocha. Polo naval e desenvolvimento regional na metade sul do Rio Grande do Sul. In: SEXTO ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 6, 2012, Porto Alegre. *Anais eletrônico...* Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/6/mesa7/Polo_Naval_e_Desenvolvimento_Regional_da_Metade_Sul_do_RS.pdf>. Acesso em: 02 outubro 2013.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

COSTA, Marisa Vorraber. A escola poderia avançar um pouco no sentido de melhorar a dor de tanta gente. In: COSTA, Marisa Vorraber. (Org.). *A escola tem futuro?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 53-80.

_____, Marisa Vorraber. A pedagogia da cultura e as crianças e jovens das nossas escolas. *Jornal A Página da Educação*, Porto (Portugal), out. 2003, v.127, p. 34-35. Disponível em: <http://www.apagina.pt/Download/PAGINA/SM_Doc/Mid_2/Doc_9679/Doc/P%C3%A1gina_9679.pdf>. Acesso em: 17 abril 2016.

_____. *Quem são? Que querem? Que fazer com eles? Eis que chegam às nossas escolas as crianças e jovens do século XXI*. 2005. Disponível em: http://www.ufrgs.br/neccso/word/texto_marisa_quemsao.doc. Acesso em: 17 abril 2016.

_____. A escola mantém-se como uma instituição central na vida das sociedades e das pessoas. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *A educação na cultura da mídia e do consumo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 61-75.

_____. Um convite para olhar a educação sob outros ângulos. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *A educação na cultura da mídia e do consumo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 15-21.

f
D'AMBROSIO, Ubiratan. Sociedade, cultura, Matemática e seu ensino. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 99-120, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n1/a08v31n1.pdf>. Acesso em: 30 agosto 2012.

_____. Etnomatemática e educação. In: KNIJNIK, Gelsa; WANDERER, Fernanda; OLIVEIRA, Cláudio José (Org.). *Etnomatemática, currículo e formação de professores*. 1. ed. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2010. p. 39-52.

DIVÉRIO, Rafael. *Projeção de demissões no polo naval de Rio Grande fica menor*. 2013. Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2013/09/projecao-de-demissoes-no-polo-naval-de-rio-grande-fica-menor-4258166.html>. Acesso em: 04 dezembro 2013.

FEIJÓ, Flávio; MADONO, Danielle Trindade. *Polo naval do Rio Grande: potencialidades, fragilidades e a questão da migração*. Porto Alegre: UFRGS/FCE/DERI, 2013.

FEIJÓ, Flávio; SCHERER, Clauber; LEIVAS, Pedro. Potencial de criação de empregos no Rio Grande do Sul com a implantação do Pólo Naval de Rio Grande e concentração do emprego formal no COREDE-Sul. In: QUINTO ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 5, 2010, Porto Alegre. *Anais eletrônico*. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/5/80.doc>. Acesso em: 24 novembro 2013.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O Estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre/UFRGS, v. 1, n. 1, 1976, p. 59-79.

_____. Foucault e a análise do discurso em Educação. *Cadernos de Pesquisa (CEDES)*. n.114, p. 197-223, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>. Acesso em: 27 novembro 2013.

_____. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.28, n.1, p. 151-162, jan./jun. 2002.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. De espaços outros. *Estudos Avançados*. v.27, n.79, p. 113-122, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v27n79/v27n79a08.pdf>. Acesso: 07 janeiro 2014.

GALLO, Silvio. Do currículo como máquina de subjetivação. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo; CARVALHO, Janete Magalhães (Org.). *Currículos, pesquisas, conhecimentos e*

produção de subjetividades. v.1. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Vitória, ES: Nupec/UFES, 2012. p. 203-217.

GARCIA, Maria Manuela Alves. O sujeito emancipado nas pedagogias críticas. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v.26, n.2, p. 31-50, jul./dez. 2001.

GAUTÉRIO, Danyelle et al. Rio Grande/RS: uma realidade ou um mar de discursos? In: 11ª MOSTRA DE PRODUÇÃO UNIVERSITÁRIA DA FURG, 11, 2012, Rio Grande. *Anais eletrônico...* Disponível em: < <http://www.propesp.furg.br/anaismpu/cd2012/index.html>>. Acesso em: 23 novembro 2013.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v.22, n.2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

KELNNER, Douglas. Lendo imagens criticamente: em direção a uma pedagogia pós-moderna. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.), *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 104-131.

LOPES, Alice Ribeiro Casimiro. *Conhecimento escolar: ciência e cotidiano*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano. A hora de acabar com as injustiças sociais e ambientais é agora. *Pó de Giz – APROFURG*, Rio Grande, abr./mai. 2013, n.435, p. 3.

MAZUI, Guilherme. Rio Grande desencilha: polo da euforia. *Zero Hora*, Porto Alegre, 04 abr. 2010. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/rumosdosul/2010/04/04/rio-grande-desencilha/>>. Acesso em: 04 dezembro 2013.

PORTELA, Flávio Wornicov. *Força-tarefa do MPT identifica ilegalidades em estaleiros a serviço da Petrobras no Polo Naval em Rio Grande*. Disponível em: <http://www.prt4.mpt.gov.br/pastas/noticias/mes_mai13/2405_forcatarefa.html>. Acesso em: 04 dezembro 2013.

SANTOS, Caio Floriano dos; MACHADO, Carlos RS. Extremo sul do Brasil: uma grande “zona de sacrifício” ou “paraíso de poluição”. In: MACHADO, Carlo RS et al. (Org.). *Conflitos ambientais e urbanos – debates, lutas e desafios*. Porto Alegre, Evangraf, 2013. p. 181–204.

SANTOS, Luis Henrique Sacchi. Um preto mais clarinho... ou dos discursos que se dobram nos corpos produzindo o que somos. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v.22, n.2, p. 81-115, jul./dez. 1997.

SILVA, Rogério Piva da. et al. O impacto do pólo naval no setor imobiliário da cidade do Rio Grande – RS. In: SEXTO ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 6, 2012, Porto Alegre. *Anais eletrônico*. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/6/mesa3/O_Impacto_do_Polo_Naval_no_Sector_Imobiliario_da_cidade_de_RioGrande_RS.pdf>. Acesso em: 02 outubro 2013.

SOTO, Willian Héctor Gómez. Os conflitos ambientais e as contradições do espaço social: uma introdução à perspectiva Lefebvriana. In: MACHADO, Carlos RS et al (Org). *Conflitos ambientais e urbanos – debates, lutas e desafios*. Porto Alegre, Evangraf, 2013. p. 41-58.

VEIGA-NETO, Alfredo; FISHER, Rosa Maria Bueno. Foucault, um diálogo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v.29, n.1, p. 7-25, jan./jun. 2004.

Submetido em 20/04/2016, aprovado em 16/08/2018.

¹ Grande estrutura utilizada na perfuração em alto mar.

² O Estaleiro ERG 3 está em fase de estudos para o licenciamento ambiental.

³ Universidade Federal do Rio Grande.

⁴ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=wX_xPcp_U-l>.

⁵ Disponível em: <http://www.prt4.mpt.gov.br/pastas/noticias/mes_maio13/2405_forcatarefa.html>.

⁶ Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2013/09/projecao-de-demissoes-no-polo-naval-de-rio-grande-fica-menor-4258166.html>>.

⁷ A Feira do Polo Naval é um evento privado que ocorre nas dependências da Universidade Federal do Rio Grande direcionada a empresários do ramo naval. Este evento causa divergências na comunidade universitária devido a não neutralidade de alguns segmentos da FURG.

⁸ Serra Pelada, considerado maior garimpo do mundo, localizada no sudeste do Pará. Atraiu muitos trabalhadores, na década de 1980, para a região na busca pelo ouro e, conseqüentemente, por uma melhor condição de vida.